

ATA DA REUNIÃO DO COMITE DE PILOTAGEM

PROJECTO ESTADO DE DIREITO E JUSTIÇA

Aos sete dias do mês de Novembro do ano dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, realizou-se na sala de reuniões do 4º andar do PNUD a reunião do Comité de Pilotagem do projecto “Estado de Direito e Justiça” que contou a presença das diferentes entidades parceiras, como consta na lista de presenças em anexo.

Na ausência do Sr. Gabriel Dava, a reunião foi presidida pelo Sr. Kanil Lopes, Chefe do Cluster Governança e teve como ordem do dia os seguintes pontos:

1. Informações Gerais
2. Avaliação do Projecto
3. Resultados e Desafios
4. Diversos

Sr. Kanil Lopes (PNUD):

Começou por agradecer a presença de todos e realçar a importância desta reunião de Comité de Pilotagem como um espaço privilegiado de concertação e tomada de importantes decisões sobre a vida do projecto.

Entrando na ordem do dia, apresentou informações detalhadas relativas aos diferentes fundos disponíveis para os próximos dois anos, nomeadamente, do BAD, PARJEF e TRACK.

Em relação ao **PARJEF (Projeto de Apoio ao Reforço da Governança Económica e Financeira)** precisou que é um projeto com a duração de 4 anos (2015-2019) e tem um orçamento de 450 000 Dólares. O PNUD irá assinar um acordo com o Governo por forma a ser disponibilizado o referido montante.

- **Resultados esperados 1.2:** redução da impunidade através do acesso à justiça; OSC capacitadas para melhor exercerem a sua função de fiscalizadores; o Tribunal de Contas é operacional graças a revisão da sua Lei Orgânica, a elaboração do seu regulamento e formação dos seus 34 agentes (incluindo 10 mulheres).
- **Parceiros de implementação:** Ministério da Justiça, Inspeção Superior de Luta contra a Corrupção, OSCs, Tribunal de Contas.

Informou ainda, sobre o **Projecto de Apoio ao Reforço das Capacidades do Sector da Justiça** que terá a duração de dois anos (Janeiro 2017 a Dezembro 2018) e está orçado em 1.395.000 Dólares.

- **Resultados esperados:** 1. Coordenação ativa das instituições do setor da justiça. 2. Pessoal-chave no sector da justiça capaz de gerir e prestar serviços de justiça de qualidade e oportuna a toda a população. 3. Instituições do sector da justiça responsáveis perante os cidadãos.
- **Parceiros de implementação:** Ministério da Justiça, Supremo Tribunal de Justiça, Procuradoria-geral da República, Observatório dos Direitos e demais OSC.

Passando ao segundo ponto da agenda, pediu a colaboração de todos os parceiros com a equipa de avaliadores que deve chegar brevemente ao País para conduzir a avaliação do projecto.

No que se refere aos resultados foram apresentados alguns dos mais relevantes, tais como: A implementação dos Centros de Acesso a Justiça, Formação deslocalizada no Brasil de 12 técnicos da área da justiça e a Construção do Tribunal de Bubaque como forma de apoiar a descentralização da justiça.

Apontou como desafios: Apropriação nacional/sustentabilidade; frequência das mulheres nos CAJs.

Riscos: Instabilidade político-institucional; crise no relacionamento entre as instituições (Projeto FCP).

Tal como na última reunião deste órgão, voltou a chamar a atenção para os constrangimentos na implementação do Projecto de Apoio a Reforma do Sector da Justiça.

Sr. Juliano Fernandes (GICJU)

Solicitou informações sobre a instalação de um CAJ em Bubaque, possibilidade que já tinha sido abordada anteriormente com o PNUD.

Chamou a atenção para a importancia do acordo com a Ordem dos Advogados, a semelhança da LGDH, para garantir uma maior acesso a justiça.

Sr. Fernando Jorge (CENFOJ)

Em relação a implementação do Programa de Apoio a Reforma do Sector da Justiça, explicou que não existe crispações entre o Ministério da Justiça e o Supremo Tribunal. Referiu que o atraso tem mais a ver com as questões organizacional das duas instituições.

A seguir falou da possibilidade de utilização dos fundos de instalação da Unidade de Gestao de Projecto para a construção das novas instalações do CENFOJ, uma vez que o ministério ainda não criou as condições para a absorção desses fundos.

Em jeito de esclarecimento as duas intervenções o **Sr. Kanil** começou por explicar que em relação a instalação do CAJ em Bubaque existem planos para reabilitação de um edifício para a instalação do CAJ e o Registo Civil.

Anunciou a retoma do acordo com a Ordem dos Advogados, na sequência, expos para reflexão algumas dificuldades no seguimento dos clientes por parte dos advogados. E informou que solicitou uma reunião com a Ordem para discutirem as formas de melhorar a intervenção destes no projecto.

Em resposta a solicitação do Sr. Fernando Jorge, esclareceu que não é possível a transferência de verbas para outras ações que não as que já estavam planeadas.

Sr. Amadeu Correia (Tribunal de Contas)

Em relação aos objetivos do projecto relacionado com o Tribunal de Contas (***O Tribunal de Contas é operacional graças a revisão da sua Lei Orgânica, a elaboração do seu regulamento e formação dos seus 34 agentes, incluindo 10 mulheres***), informou que existe um projecto de lei orgânica desde 2012 e pediu ao PNUD que use a sua influência junto do Ministério da Justiça de modo a agilizar esse processo.

Sr. Degol Mendes (Ministério de Justiça)

Durante a sua intervenção reforçou a ideia de que seria importante priorizar a construção/reabilitação das infraestruturas uma vez que se encontram num estado avançado de degradação (Tribunais, CAJ CENFOJ). Prosseguiu informando que há uma solicitação ao BAD no sentido de ultrapassar o problema.

Informou ainda que esta em curso o processo de cedência do um edifício por parte da administração local em Canchungo para a instalação do CAJ.

Em relação ao PROJUS, há diligências no sentido de ser retomadas as iniciativas no âmbito do POASED.

Por último, sugeriu a reflexão sobre a figura da Defensoria Pública como forma de garantir no futuro a sustentabilidade do projecto.

José Biague Bado (PGR)

Solicitou ao projecto a criação de condições e reabilitação de prisões e tribunais que se encontram num estado muito avançado de degradação, sobretudo, no sul do País.

Para finalizar, o Sr. Kanil disse que seria importante que o Supremo Tribunal se pronuncie sobre o projecto de base de dados e ainda chamou a atenção sobre a utilização dos fundos para viagens de intercâmbio posto a disposição do CENFOJ.

Não havendo mais assuntos, o Sr. Kanil Lopes, na qualidade de presidente deste Comité de Pilotagem deu por encerrada a reunião.



Guiné - Bissau

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

REUNIÃO DE COMITÉ DE PILOTAGEM
PROJETO ESTADO DE DIREITO E JUSTIÇA

Bissau, 07 de Novembro de 2016

| 1 | NOME | INSTITUIÇÃO | CONTACTO | E-MAIL |
|----|-------------------|--------------------------|-----------|----------------------------|
| 2 | Silvia Nal Bamba | Supremo Tribunal Justiça | 955824878 | — |
| 3 | Vicentino Judogue | L.G.D.H | 955701482 | VKindeJue2003@yahoo.com.br |
| 4 | José Biagné Bado | P.G.R. | 955338550 | JosebiagnéBado19@gmail.com |
| 5 | Kautil Capen | UNDP | 966341823 | Kautil.Lopen@undp.org |
| 6 | ABRÃO GOMES | UNDP | 965812240 | ABRAO.GOMES@UNDP.ORG |
| 7 | Amadeu Correia | Tribunal de Contas | 955535302 | amadeu_correia@yahoo.com |
| 8 | Dejal Mendes | Ministério da Justiça | 955258778 | dejal.mendes@yahoo.com.br |
| 9 | Jubano Fernandes | GICJU/MJ | 955906214 | Jubanofernandes@icj.org |
| 10 | Amândio Pereira | CEJUG | 955906289 | amandio@cejug.com |
| 11 | | | | |
| 12 | | | | |
| 13 | | | | |
| 14 | | | | |
| 15 | | | | |